



OS DESAFIOS DA INCLUSÃO NA APAE *VERSUS* PANDEMIA

Fabia Helen Martins Braga¹
Alcione Januária Teixeira da Silveira²
cionepsi@hotmail.com

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciências Humanas

RESUMO

A inclusão no Brasil ainda está em passos lentos, precisando melhorar em muitos quesitos e, principalmente, fazer um trabalho mais específico. Nesse viés encontra-se a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, que realiza um trabalho em conjunto com os pais e comunidade que precisa ser valorizado e mais explorado pelas escolas, uma vez que essas instituições estão mais equipadas e preparadas para dar esse suporte às escolas. O presente relatório de estágio teve como objetivo analisar se o trabalho realizado na APAE se baseia na inclusão ou segregação. Ademais, se conseguiram realizar algum trabalho com esses alunos durante a pandemia do COVID-19. Para tal foi realizada uma observação que foi interrompida pela pandemia e depois a aplicação de questionário a professores da instituição, a metodologia adotada possui abordagem qualitativa. Os resultados apontam uma instituição bem equipada no espaço físico e boa equipe multidisciplinar para atendimento dos alunos. Entendemos que a APAE em questão, investe prioritariamente na inclusão de seus alunos, e que durante a pandemia estão tentando manter os alunos assistidos, mesmo com os desafios encontrados.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; APAE; Desafios; Deficiência; Pandemia.

1. INTRODUÇÃO

A partir da Declaração de Salamanca através da UNESCO em 1994, foram preconizadas as diretrizes da Educação Para Todos, que tomaram força as discussões acerca da Escola Inclusiva no Brasil, um movimento mundial que vem sendo amplamente discutido em vários países (BRASIL, 2000).

¹ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Univértix.

² Psicóloga; Mestre em Educação; Professora do curso de Psicologia da Faculdade Univértix.



A Constituição Federal, ao disciplinar os deveres do Estado, na área da educação, fixa o “atendimento educacional especializado” às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

Logo, só em 2015, através do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), foi assegurado o direito da pessoa com deficiência no sistema educacional inclusivo com a proposta de alcançar o maior desenvolvimento possível de habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais de acordo com as necessidades de aprendizagem e características e interesses de cada um (BRASIL, 2015).

A inclusão no Brasil ainda está em passos lentos, precisando melhorar em muitos quesitos e, principalmente, fazer um trabalho mais específico. Nesse viés encontra-se a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, que realiza um trabalho em conjunto com os pais e comunidade que precisa ser valorizado e mais explorado pelas escolas, uma vez que essas instituições estão mais equipadas e preparadas para dar esse suporte às escolas (FIORIO, 2019).

Além dos desafios da inclusão este ano nos deparamos com a pandemia do COVID-19 pelo novo corona vírus (SARS-CoV-2) que se apresenta como um dos maiores desafios da saúde em escala global deste século. Esse desafio levou a população mundial a rever hábitos e mudar de hábitos, além de transformações radicais na vida em todos os aspectos, sociais, profissionais e financeiros (BEZERRA, 2020).

A partir do exposto trazemos as seguintes problematizações: Como a inclusão acontece através da APAE? A escola regular atua em consonância com as APAES? A APAE inclui ou segrega? E durante a pandemia, conseguir incluir os alunos?

Trabalhar aspectos relacionados à inclusão, ainda é uma forma de alertar as pessoas para as minorias que são esquecidas pelos sistemas que geram os direitos de todos, portanto esse trabalho se justifica pela necessidade de sintonizar a comunidade com essa problemática vivida entre escola e APAE.

Diante disso, nossa hipótese para esse estudo é que, com a concretização da lei de inclusão há cinco anos, ainda encontramos muitas dificuldades enfrentadas



pelos profissionais que atuam diretamente com as pessoas com deficiência e em se tratando de pandemia, muitos alunos deixaram de ser atendidos/incluídos. Nessa direção, o objetivo dessa pesquisa foi analisar se o trabalho realizado na APAE se baseia na inclusão ou segregação. Ademais, se conseguiram realizar algum trabalho com esses alunos durante a pandemia do COVID-19.

Trabalhos como este, são importantes para que a sociedade compreenda o processo de inclusão e as dificuldades encontradas nas instituições, assim como, apresentar a comunidade acadêmica o olhar diferenciado sobre inclusão e segregação.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE)

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) nasceu no dia 11 de dezembro em 1954, no Rio de Janeiro, fruto de um movimento pioneiro no Brasil para prestar assistência médico-terapêutica as pessoas com deficiência intelectual. Caracteriza-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência intelectual e múltipla. A Rede APAE destaca-se por seu pioneirismo e capilaridade, estando presente em mais de dois mil municípios em todo o território nacional (CARVALHO; CARVALHO; COSTA, 2011).

O surgimento da APAE está relacionado à chegada dos diplomatas Beatrice e George Bemis, vindo dos Estados Unidos que não encontraram no Brasil, uma instituição que acolhesse o filho que tinha síndrome de Down, isso os levaram a lutar por um espaço adequado para seu filho e juntos a outros pais, amigos e médicos das pessoas com deficiência, assim, nasceu a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (VÉRAS, 2000) .

O movimento apaeano está estruturado em quatro níveis hierárquicos administrativos e assim ficou formado:



Federação Nacional das APAEs responsável por proporcionar atenção integral e integrada às pessoas com deficiência, provocando articulações, interligação entre saberes, recursos, programas e ações. “Implica o ordenamento das filiadas e seus serviços em parcerias locais com a comunidade, de modo a potencializar as ações e seus resultados”.

Federações das APAEs nos estados (atualmente conta com 25 estados e Distrito Federal, exceto o estado de Roraima), responsáveis pelos rumos, diretrizes, e estratégias do Movimento apaeano e, pela articulação política, defesa de direito e ações, em âmbito estadual.

Conselhos Regionais das APAEs, com a função de organizar as APAEs nas microrregiões, orientando seus rumos e sendo o contato direto entre a base e a Federação das APAEs no estado.

APAEs nos municípios, são as prestadoras de serviços e atendimentos diretos ao seu público especial. (CARVALHO; CARVALHO; COSTA, 2011, p. 16).

Segundo Turozi (2019), a APAE é considerada o maior movimento social do Brasil e do mundo nas áreas de assistência social, saúde e educação, por meio de 3.656 serviços e programas desenvolvidos além de desenvolverem também programas nas áreas de esportes, artes e cultura. Existem em atividades 2.216 APAES e filiadas em 40% dos municípios brasileiros, atuando em benefício de mais de 700 mil pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

2.2 DA SEGREGAÇÃO À INCLUSÃO

Segregação segundo Dorizat (2004) é o ato de separar, de selecionar onde ocorre a construção de um único espaço produzido para situações iguais com indivíduos diferentes sem adaptação desse espaço, para que as pessoas não se sintam incluídas, enquanto a inclusão significa juntar-se, tornando-se parte integrante e essa molda todos os espaços para atender a individualidade e necessidades de cada indivíduo, a pessoa sente parte do ambiente. O autor ressalta uma aposta política na solidariedade e na extinção da exclusão, no entanto, em atenção às individualidades e especificidades as características dos alunos diferentes.

A humanidade tem toda uma história para comprovar como os caminhos das pessoas com deficiência têm sido permeados de obstáculos, riscos e limitações.



Como tem sido difícil a sua sobrevivência, seu desenvolvimento e a sua convivência social, e a inclusão na escola também passa a ser um exemplo desses obstáculos a serem transponíveis por todos (RODRIGUES, 2014).

Pensando na adoção de um sistema educacional inclusivo, com o máximo de interesse em fortalecer essa luta, o art. 27 da Lei 13146 do Estatuto da Pessoa com Deficiência descreve que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados pelo sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida. (TORQUES, 2019).

Segundo Rodrigues (2014), somente pela educação que se pode reverter essa situação, a educação deve servir única e exclusivamente para reforçar os direitos humanos, as liberdades e favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade, para isso tudo deve acontecer dentro do que se compreende como educação inclusiva, não há como alcançar esse propósito sem uma perspectiva inclusiva, não tem como encorajar o conhecimento da diferença criando os ambientes restritivos e homogêneos.

Souza (2017) aponta para a atualidade, as deficiências que são decorrentes dos seguintes aspectos sociais, e que também são fatores de segregação: acidentes de trânsito, falta de alimentação adequada, violência urbana, falta de saneamento básico e a insuficiência do sistema público de saúde, aspectos culturais, conceitos de justiça e minas terrestres.

Nesse sentido, Pires (2006), faz referência a quatro pontos voltados à escola inclusiva, o primeiro deles que ainda existe dentro da sociedade brasileira a intenção de fazer da inclusão um ato de exclusão, pois muitas das práticas excluem mais do que realmente realiza a inclusão, outro ponto se refere à ética inclusiva que só acontecerá a partir da constatação que somente uma sociedade livre e verdadeiramente democrática pode lutar pelos seus direitos com voz e vez. Como terceiro ponto ele aponta o educador que precisa se desvincular de práticas pedagógicas que não constroem uma escola de todos para todos e ser um educador renovado que atenda realmente a expectativa de uma escola de todos para todos.



Por último o educador adquirir uma postura ética criticamente comprometida com uma educação inclusiva.

No Brasil, o documento Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva expõe que:

O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008, p. 4).

A abordagem desse tema é essencial uma vez que apresenta para a sociedade as dificuldades enfrentadas não apenas pelas famílias que são obrigadas a desafiar a burocracia das leis para garantir o direito a seus familiares que necessitam da inclusão, como também as dificuldades enfrentadas pelas instituições e escolas para proporcionar aos incluídos uma real inclusão sem nenhuma restrição aos seus direitos fundamentais (FOULIN; MOUCHAN, 2000).

2.3 PANDEMIA DO COVID-19 E APAE

Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), quando uma doença ainda desconhecida vai se espalhando a nível mundial recebe o nome de pandemia, esse termo é usado quando uma epidemia perde o controle, e ao invés de ficar restrita a uma determinada região ela se espalha para demais continentes de pessoa para pessoa, tornando complicado seu controle. Infelizmente esse ano o mundo está vivendo mais uma pandemia, com o novo coronavírus, identificado originalmente na cidade de Wuhan, na China. A covid-19, causada pelo Sars-CoV-2 (o novo coronavírus) está hoje em mais de 115 países (MORALES, 2020).

Mediante a pandemia que atingiu a todos em 2020, o Diário Oficial da União tornou pública Lei Nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece:

A Lei 14.040/ 2020 diz que os estabelecimentos de ensino da educação básica, observadas as diretrizes nacionais editadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino, ficam dispensados, em caráter excepcional: – na educação infantil, da

obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de trabalho educacional e do cumprimento da carga horária mínima anual previstos na Lei de Diretrizes e Bases (LDB); - no ensino fundamental e no ensino médio, da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, sem prejuízo da qualidade do ensino e da garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem (Silva, 2020 s.p)

Ainda segundo Silva (2020), essa Lei permite que a escolas se reorganizem, em função da pandemia, principalmente no que se refere ao calendário escolar para a educação básica e para a educação superior o não cumprimento dos 200 dias letivos exigidos e também a antecipação da conclusão dos cursos de Medicina, Farmácia, Enfermagem e Fisioterapia.

A APAE, mediante toda essa situação também se reorganiza e estabelece ações destinadas às áreas de assistência social, educação especializada e saúde, com isso garantiam as famílias suporte para que seus assistidos não ficassem desamparados. Apesar de que os assistidos foram orientados a permanecer em casa, todos os recursos foram adotados para que as assistências fossem mantidas (SILVA, 2020).

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, e esta não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 2004).

A pesquisa realizada faz parte do estágio obrigatório do curso de Psicologia na Faculdade Univértix. A coleta de dados foi realizada através de questionário semiestruturado e observação participante. Em uma pesquisa, os métodos

empregados para coletar os dados precisam estar em plena consonância com os seus objetivos, isto é, devem possibilitar o atendimento das suas demandas (JACOBSEN, 2011).

Sobre o uso de questionário, Gil (2008, p.128), define:

Como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

Já a observação participante é uma técnica que consiste na inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação. Na observação participante, tem-se a oportunidade de unir o objeto ao seu contexto, contrapondo-se ao princípio de isolamento no qual fomos formados (QUEIROZ *et al.*, 2007).

Em relação à instituição observada, está localizada em uma cidade do interior de Minas Gerais, que de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tinha uma população em julho de 2014, estimada em 18 604 habitantes (IBGE 2010).

A instituição em que o estágio foi realizado possui 73 alunos, sendo que 45 estão anos iniciais do ensino fundamental e 28 na Educação de Jovens e Adultos - EJA nos anos iniciais. Vários tipos de deficiências são atendidas pela instituição, auditiva, visual, física, mental e múltipla. A instituição possui uma boa infraestrutura, sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado - AEE, banheiro adaptado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida e salas de aula.

A equipe é formada por professores, pedagogos, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, psicólogo, nutricionista, clínico geral e ajudante de serviços gerais. A prefeitura mantém uma parceria com a instituição e assume a folha de pagamento de parte dos funcionários, o estado também possui funcionários cedidos a APAE e paga a folha de pagamento dos mesmos, ainda, fornece materiais de limpeza e higiene pessoal, alimentação e material didático, a referida APAE conta também com doações da comunidade e comércio local.

As observações foram realizadas no mês de fevereiro de 2020 e precisou ser interrompida mediante o cenário da pandemia. O questionário da pesquisa foi respondido em setembro de 2020.

Para a apresentação dos resultados iremos apresentar a observação dos aspectos físicos e dos funcionários que atuam na APAE. Além da observação, foi realizado um questionário com três professores.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Observação da Instituição

Durante nossas observações, fomos muito bem recebidos pela diretora da APAE que cordialmente nos apresentou a escola e aos demais funcionários da instituição. O espaço físico atende as normas da inclusão, possui quatro salas de adaptação, sala de fisioterapia, sala de atendimento psicológico e fonoaudiólogo, sala de recursos educacional especializados, sala de professores, uma cozinha, um refeitório, banheiro dentro do prédio, banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, secretaria, despensa, auditório, pátio descoberto, lavanderias. O funcionamento da instituição acontece no período matutino e vespertino.

O corpo docente pertence à rede estadual e municipal, são vinte e sete funcionários entre professores e agentes administrativos, serviços gerais. A instituição possui setenta e três alunos matriculados, possui uma van onde os alunos são levados e buscados em casa, são monitorados por um porteiro, as áreas de lazer e o pátio possuem amplo espaço para realização recreativo.

Observa-se, portanto, que o trabalho do psicólogo é importante pois ele está sempre envolvido nas intervenções que são realizadas, mesmo dentro de um trabalho multidisciplinar que é desenvolvido na APAE, o trabalho do psicólogo se destaca em relação aos demais por estar envolvidos em todos os atendimentos.

Na educação inclusiva o profissional da Psicologia pode participar e colaborar usando seu conhecimento teórico e prático aplicado às técnicas educacionais buscando promover a cidadania e, para assim diminuir a distância que pode ser criada pelas dificuldades proporcionadas pela inclusão e conseqüentemente, fazer



uma aproximação entre a família à escola e toda a sociedade. Dessa forma criando estratégias que poderão proporcionar uma participação mais eficaz dos pais, em sua atuação conjunta com a instituição educadora (FOULIN; MOUCHAN, 2000).

4.2 Análise do questionário aplicado aos docentes

Sobre o perfil dos docentes que responderam ao questionário todos são do sexo feminino. Para responder a algumas questões aqui designou-se como docente A, docente B e docente C os respondentes, e as idades foram assim distribuídas entre os respondentes: docente A com idade entre 31 a 40 anos, docente B com idade entre 41 a 50 anos e docente C com mais de 50 anos. Foi questionado sobre o tempo de serviço de cada uma, e as respostas sobre o tempo de serviço que possuem na APAE foi a seguinte: docente A até 5 anos de tempo trabalhado, docente C com 6 a 10 anos trabalhados e docente B com mais de 29 anos trabalhados na APAE.

Foram perguntados aos docentes sobre como eles percebem a participação da família na relação com a APAE e 67% responderam insuficiente, 33% dos respondentes disseram ser razoável.

Tiba (2012, p.116) diz que: “Os pais sabem de suas responsabilidades quanto ao futuro de seus filhos. Quando se sentem incapazes – incluindo aqui certo conforto, tendem a delegar a educação de seus filhos a terceiros: escola, psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, babás, funcionários, avós, tios dos filhos etc”.

Na APAE, isso acontece muito corriqueiramente, os pais encontram na APAE, todo o suporte que necessitam e acabam deixando de desempenhar seu papel, afirmou o Docente A.

Sobre o a participação da comunidade nas atividades da APAE, 67% dos docentes responderam estarem insatisfeitos com a participação da comunidade e 33% acham que a participação da comunidade é regular.

Ao questionar sobre o preconceito e o estigma ainda presentes na vida das crianças da APAE e o que eles acham sobre isso. O docente A afirmou que a conscientização ainda é a melhor forma de explorar esse assunto, principalmente

tentando envolver a comunidade nas atividades que APAE desenvolve como por exemplo a "semana do excepcional". O docente B acredita que é preciso trabalhar as diferenças e o potencial de cada aluno. O docente C defende a ideia de trabalhar insistentemente a questão do preconceito, abordando temas como: Valorização do ser humano, Ser diferente é ser normal, Igualdades de oportunidades, Reflexão sobre a diversidade.

Todos os docentes responderam também que não existe segregação e nem exclusão dentro da APAE, os profissionais tratam todos igualmente, e quando perguntados sobre como avalia a relação da escola regular com a APAE, os docentes 67% responderam ser regular e 33 % que é insatisfatório.

Mantoan (2005), coloca que a escola é a responsável pedagogicamente pelo conhecimento de todo indivíduo que por ela passa, e tem a escola como um espaço sociocultural, todos devem ter as mesmas oportunidades mas não se esquecendo de respeitar o tempo e o ritmo de cada um, de acordo com o contexto social em que estão inseridos, seus limites devem ser respeitados, mas a aprendizagem deve acontecer simultaneamente para todos, aprender juntos, esse é um princípio indispensável para a inclusão em uma escola.

Em relação ao momento atual sobre a pandemia os docentes afirmaram que estão em contato com os alunos através do WhatsApp com aqueles que conseguem manter um contato por esse meio e levam atividades na casa dos alunos.

As atividades propostas nesse momento são através de pintura, jogos, músicas, vídeos com mensagens, quebra-cabeças e os PET (Plano de Estudo Tutorado), esses planos são enviados pelo governo de Minas para todos os alunos das escolas públicas e são adaptados pelos professores quando eles são repassados para crianças com deficiências.

Para desenvolvimento das atividades do PET, os professores utilizam recursos tecnológicos como o celular e computador, através das mídias sociais, vídeos, jogos interativos e atividades monitoradas remotamente.



Os docentes afirmaram que as famílias têm encontrado muita dificuldade para desenvolver as atividades com os alunos, faltam conhecimento, paciência e condições psicológicas e pedagógicas para desenvolverem as atividades.

A dificuldade de lidar com essa nova forma de ensinar não é exclusividade dos pais das crianças da APAE, o ensino remoto trouxe sérios desafios para todos aqueles que se relaciona com ele, seja professores, alunos e famílias afetadas com a pandemia. Os professores não estavam preparados para da noite pro dia dominarem as plataformas digitais e os alunos mesmos com mais facilidade que muitos professores para dominar o mundo digital, se viram perdidos com a nova modalidade de estudar (MARQUES, 2020).

Uma docente A enfatizou: “as famílias têm encontrado muita dificuldade durante a pandemia para ficar com os alunos, todo tempo, pois a APAE é tudo pra eles, e muitos só saem de casa para ir a APAE”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da observação vimos que o espaço físico da APAE em questão é um local bem preparado para receber os alunos e que os docentes que nela atua, são preocupados com a inclusão e estão sempre atentos às necessidades dos alunos.

Os professores estão observando uma grande dificuldade da família em ficar com os alunos em casa durante a pandemia e principalmente a realização de atividades com esses alunos em casa, os professores estão conseguindo entregar essas atividades mesmo que para tal tenham que ir até a casa do aluno.

Enfim, o trabalho da APAE é desenvolvido pensando basicamente no aluno e busca incessantemente a inclusão desse aluno na sociedade, porém durante a pandemia eles estão percebendo o quanto a família encontra dificuldade para lidar com seus filhos.

6. REFERÊNCIAS

BEZERRA, Anselmo César Vasconcelos; *et al.*. Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-

19. **Cien Saude Coletiva.** v. 25, suppl 1, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.10792020>>. Acesso: em 16 de set. 2020

BRASIL. **Projeto Escola Viva.** Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Alunos com necessidades educacionais especiais, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2000.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

CARVALHO, E. N. S de; CARVALHO, R. E.; COSTA, S. M. **Política de atenção integral e integrada para as pessoas com deficiência intelectual e múltiplas.** Brasília: Federação Nacional das APAES, 2011.

FIORIO, G. **Os desafios da inclusão escolar.** 2019. Disponível em: <https://www.jornaloflorense.com.br/noticia/geral/7/os-desafios-da-inclusao-escolar/10283>. Acesso em: 19 mar. de 2020.

FOULIN, Jean-Noel; MOUCHAN, Serge. **Psicologia da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais / - 8' ed. - Rio de Janeiro: Record, 2004.

IBGE. **Censo demográfico.** 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/panorama>. Acesso em: 29. abr. 2020.

MACHADO, A. M. As crianças excluídas da escola: um alerta para a psicologia. In: MACHADO, A. M.; PROENÇA, M. (Orgs.). **Psicologia escolar: em busca de novos rumos.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. p. 39-54.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão é o Privilégio de Conviver com as Diferenças.** In Nova Escola, maio, 2005.

MINAYO, M.C. de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MORALES, J. **O que é pandemia?** Definição, histórico e gravidade. 2020. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/o-que-e-pandemia-definicao-historico-e-gravidade>. Acesso em: 16 de set. 2020.

PAES, D. P. **Funcionamento da Apae em meio à pandemia.** 2020. Disponível em: <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-9285/funcionamento-da-apae-em-meio-a-pandemia%C2%A0>. Acesso em: 16 de set. 2020.

RODRIGUES, D. (Org.) **Perspectivas sobre Inclusão.** Da Educação à Sociedade. Porto: Porto Editora. 2014.

SILVA, L. **Aprovada MP que desobriga escolas a cumprir a quantidade de dias letivos em 2020.** 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/07/23/aprovada-mp-que-desobriga-escolas-a-cumprir-a-quantidade-de-dias-letivos-em-2020>. Acesso em: 16 de set. 2020.

SOUZA, R. J. *et al.* **Atendimento à Pessoa com Necessidades de Assistência Especial – PNAE/** Brasília, 4^o ed, Infraero, 2017.

TORQUES, R. **Estatuto da Pessoa com Deficiência Esquematizado.** Disponível em: <https://dhg1h5j42swfq.cloudfront.net/2019/06/18130323/Estatuto-da-Pessoa-com-Defici%C3%A0ncia-Esquematizado-vp.pdf>. Acesso em 26 de mar. de 2020.

TUROZI, J. **Mais parcerias em prol das pessoas com deficiência mental e múltipla.** 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opinia0/2019/12/05/internas_opinia0,811662/artigo-mais-parcerias-em-prol-das-pessoas-com-deficiencia.shtml. Acesso em 06 de abr. de 2020.

TIBA, Içami. **Disciplina, limite na idade certa.** São Paulo: Editora Gente, 1996.

VÉRAS, V. L. A. **APAE inclusão/Transformação: Uma análise do desenvolvimento histórico e pedagógico do movimento apaeano de Caicó (RN).** Caicó: UFRN, 2000.